



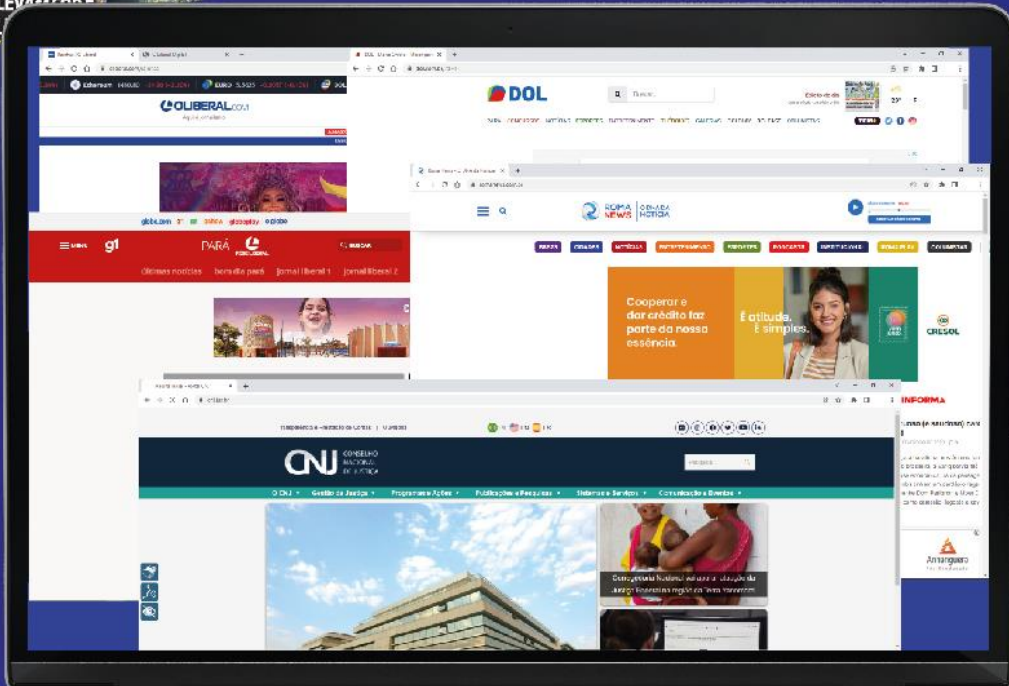
CLIPPING

Quinta-feira
7 de Março
de 2024



SEU BOLSO
SALÁRIO MÍNIMO PODE TER REAJUSTE DIA 1º DE MAIO

A informação é do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho. Ele também destacou a retomada das obras públicas como um impulso para oportunidades de emprego.



**RD REPÓRTER
DIÁRIO**

FAMÍLIAS

O TJPA promove hoje, 7, às 16h, ato para assinatura e homologação do acordo que envolve os interesses de 120 famílias que ocupam a chamada “área do frigorífico”, no município de Eldorado dos Carajás, no Km 100 da PA-150. A ação teve o intermédio da Comissão de Soluções Fundiárias do Tribunal de Justiça do Estado. O acordo consiste no remanejamento voluntário de 120 famílias para uma área destinada pelo município. As famílias também terão um direito chamado “Auxílio Sua Casa” concedido pelo governo do Estado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ESTUPROS LÍDER RELIGIOSO É PRESO POR CRIMES SEXUAIS

Suspeito foi preso em Castanhal e em 2022 já havia sido recolhido após ser acusado de violentar quatro mulheres

OPERAÇÃO

Tiago Silva

Um líder de uma seita religiosa foi preso pela Polícia Civil acusado de ter cometido estupros na cidade de Castanhal, região do nordeste paraense. A prisão ocorreu no início da manhã de quarta-feira (6), por volta das 6h. Paulo Paumgarten Sabino de Oliveira foi preso durante

a 2ª fase da operação 7ª frequência, que investiga crimes sexuais cometidos pelo líder religioso. Em 2022, Paulo foi preso preventivamente acusado de ter violentado sexualmente quatro mulheres. Ele também foi acusado de ter estuprado uma adolescente de 13 anos. Após a prisão de Paulo, outras dez mulheres o denunciaram dizendo que também tinham sido abusadas por ele. No decorrer das investigações, foram representadas dez prisões preventivas, sendo que



De acordo com as investigações da Polícia Civil, cinco companheiras de Paulo eram conventes e ainda o auxiliavam durante os abusos. FOTO: DIVULGAÇÃO

nove foram deferidas pelo Poder Judiciário.

De acordo com as investigações da Polícia Civil, cin-

co companheiras de Paulo eram conventes e ainda o auxiliavam durante os abusos. Elas também podem ser

presas. Paulo Paumgarten está custodiado em um presídio da região metropolitana de Belém.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Judiciário do Pará tratará execuções fiscais pendentes no estado

🕒 6 de março de 2024 - 📁 Notícias do Judiciário / Agência CNJ de Notícias



Foto: Arquivo/CNJ

Compartilhe



A edição nº 7784 do Diário de Justiça Eletrônico da Justiça do Pará desta quarta-feira (6/3), traz a portaria Nº 1127/2024-GP, de 5 de março de 2024, determinando a publicação da Resolução n. 547/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que institui medidas de tratamento racional e eficiente na tramitação das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário, a partir do

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

juízo do tema 1184 da repercussão geral pelo STF; e determinando a implementação dessas medidas no âmbito das execuções fiscais pendentes no Poder Judiciário do Estado do Pará.

Assinada pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luiz Roberto Barroso, a [Resolução CNJ n. 547/2024](#) torna legítima a extinção de execução fiscal de baixo valor pela ausência de interesse de agir, tendo em vista o princípio constitucional da eficiência administrativa, respeitada a competência constitucional de cada ente federado.

Deverão ser extintas as execuções fiscais de valor inferior a dez mil reais quando do ajuizamento, em que não haja movimentação útil há mais de um ano sem citação do executado ou, ainda que citado, não tenham sido localizados bens penhoráveis.

Para aferição do valor previsto para extinção, em cada caso concreto, deverão ser somados os valores de execuções que estejam apensadas e propostas em face do mesmo executado.

A extinção não impede nova propositura da execução fiscal se forem encontrados bens do executado, desde que não consumada a prescrição.

Prescrição

O prazo prescricional para nova propositura terá como termo inicial um ano após a data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no primeiro ajuizamento.

A Fazenda Pública poderá requerer nos autos a não aplicação, por até 90 (noventa) dias, da extinção da ação, caso demonstre que, dentro desse prazo, poderá localizar bens do devedor.

O ajuizamento de execução fiscal dependerá de prévia tentativa de conciliação ou adoção de solução administrativa. A tentativa de conciliação pode ser satisfeita, exemplificativamente, pela existência de lei geral de parcelamento ou oferecimento de algum tipo de vantagem na via administrativa, como redução ou

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

extinção de juros ou multas, ou oportunidade concreta de transação na qual o executado, em tese, se enquadre.

A notificação do executado para pagamento antes do ajuizamento da execução fiscal configura adoção de solução administrativa.

O ajuizamento da execução fiscal dependerá, ainda, de prévio protesto do título, salvo por motivo de eficiência administrativa, comprovando-se a inadequação da medida. Mais informações sobre as medidas, no Diário de Justiça Eletrônico.

Fonte: [TJPA](#)



PRISÃO

Líder de grupo religioso é preso por crimes sexuais no Pará

A prisão ocorreu na manhã desta quarta-feira, 06, em Castanhal.

🕒 quarta-feira, 06/03/2024, 11:45 - 🧑 Autor: [Thayná Coelho](#), DOL. Com informações Agência Pará



📷 Momento em que o acusado foi preso | (Divulgação / PCPA)

Crimes sexuais são atos criminosos que envolvem comportamentos de natureza sexual que são ilegais e prejudiciais. Eles podem incluir uma ampla gama de atividades, como estupro, abuso sexual, assédio sexual, exploração sexual, pornografia infantil, entre outros, causando danos físicos, emocionais e psicológicos significativos.

Na manhã desta quarta-feira (6), em Castanhal, a Polícia Civil do Pará deu início à segunda fase da Operação 7ª Frequência, que visa investigar crimes sexuais supostamente cometidos pelo líder de um grupo religioso. Este indivíduo já havia

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

sido preso preventivamente por violação sexual mediante fraude em 2022, após denúncias de quatro mulheres e o estupro de uma adolescente de 13 anos, porém, posteriormente, foi liberado.

Após a detenção do suspeito, outras dez vítimas se apresentaram à Divisão Especializada no Atendimento à Mulher, alegando terem sido também vítimas de crimes sexuais perpetrados por ele. As investigações resultaram em 10 mandados de prisão preventiva, sendo que nove deles foram cumpridos hoje. Adicionalmente, medidas cautelares diversas da prisão foram aplicadas a cinco companheiras do investigado, suspeitas de cumplicidade ou de auxílio nas práticas dos crimes sexuais.

Conteúdos relacionados:

- [Belém: grupo é preso por aplicar golpes bancários em idosos](#)
- ["Ferrugem" é preso por roubar e agredir casal no Marajó](#)
- [PRF apreende 14 metros cúbicos de madeira ilegal em Trairão](#)

"De acordo com os depoimentos das vítimas, o líder submetia as mulheres a banhos supostamente curativos e aproveitava a situação para tocar suas partes íntimas. Ele também chegou a ter relações sexuais sob o pretexto de que estaria possuído por entidades curativas", explicou o delegado-geral, Walter Resende.

A delegada Ana Paula Chaves, titular da Deam Belém, enfatizou a importância da denúncia para evitar que violências sexuais fiquem impunes. "Este caso ressalta a importância da denúncia por parte das vítimas, a fim de que os crimes possam ser devidamente investigados e os criminosos punidos, especialmente em um caso como este, onde o abuso é perpetrado sob o disfarce da fé e da confiança dessas mulheres. A operação conduzida pela PCPA demonstra o compromisso contínuo com a proteção das vítimas e a busca por justiça."

Quer ler mais notícias do Pará? [Acesse nosso canal no Whatsapp](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Participaram da operação o Núcleo de Inteligência Policial (NIP), a Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (Deam Belém) e o Núcleo de Apoio à Investigação (NAI).

O indivíduo preso foi encaminhado para a Deam Belém para os procedimentos legais e está à disposição da Justiça. Essa operação evidencia o comprometimento das autoridades em combater crimes dessa natureza e garantir a segurança das vítimas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

João de Deus do Pará: Líder de grupo religioso que abusava de mulheres é preso pela 2ª vez

Homem conhecido como João de Deus do Pará foi preso em Castanhal, no nordeste paraense, após investigações que resultaram em mandados. Ele foi detido pela primeira vez em 2022.

Por **Taymã Carneiro**, g1 Pará — Belém

06/03/2024 12h15 · Atualizado há 16 horas



Líder de grupo religioso que abusava de mulheres. 'João de Deus do Pará' é preso

O líder religioso Paulo Paumgarten, **conhecido como João de Deus do Pará**, foi preso nesta quarta-feira (6) na segunda fase da Operação 7ª Frequência da Polícia Civil do Pará. A prisão foi em [Castanhal](#), no nordeste do estado.

[✓ Clique e siga o canal do g1 Pará no WhatsApp](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

João de Deus é acusado pela polícia de abusar sexualmente de, ao menos, onze mulheres em Belém, incluindo uma adolescente. Ele liderava uma seita chamada de 'Missão do Espírito Santo' e se aproveitava das vítimas em vulnerabilidade psicológica que buscavam tratamento espiritual.

Ativar somAtivar som

Líder de grupo religioso que abusava de mulheres é preso no Pará

Após a prisão desta quarta-feira, ele foi encaminhado para a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), em Belém. O **g1** procurou a defesa de Paulo, mas não obteve retorno até a última atualização desta reportagem.

"Ele era líder de uma seita religiosa, onde atraía pessoas. Ele se aproveitava da vulnerabilidade e da confiança nele, mulheres que acreditavam numa cura, emocionalmente muito abaladas. Ele se aproveitava disso, elas tinham que fazer determinadas coisas pra chegarem em uma cura. Caso muito semelhante ao João de Deus. Ele dava banhos de cura e nesses banhos ocorriam os abusos", detalha a delegada Ana Paula Chaves, titular da Deam Belém.

[Paulo já tinha sido preso em março de 2022](#), mas estava em liberdade e sendo monitorado, segundo a delegada Ana Chaves, que não detalhou há quanto tempo ele estava solto.

Após a primeira prisão, mais de 10 [mulheres procuraram a polícia relatando que foram vítimas](#) dos abusos. Com as investigações, ele teve nove mandados de prisão preventiva decretados e cumpridos nesta quarta-feira.

Cinco mulheres que seriam companheiras dele também são investigadas e foram alvo de medidas cautelares, não detalhadas pela polícia. Elas são suspeitas de conivência ou auxílio nas práticas sexuais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



João de Deus do Pará fio detido nesta quarta-feira, 6 de março, em Castanhal — Foto: Reprodução

Entenda o caso

Em 2022, o religioso foi preso em flagrante no sítio dele em Marudá, distrito de Marapanim, interior do estado, durante a operação "Sétima Frequência", após investigação iniciadas em 2020.

Antes da operação, Paulo já havia sido indicado por estupro de vulnerável em 2013, mas o caso foi arquivado. Desde então, a Polícia só recebeu denúncias contra ele em 2020 e 2021, quando quatro mulheres denunciaram a seita. Após a prisão, novas vítimas procuraram a polícia.

Para a Polícia, as vítimas viviam sob ameaças, além de serem vulneráveis psicológica e financeiramente. Além dos estupros, em 2022 ele também foi acusado pela polícia de crime de distribuição de pornografia infantil.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A polícia acredita que dezenas de mulheres tenham sido vítimas por pelo menos 14 anos, período em que o advogado atuava se intitulando médium. Ele também já foi procurador do município de Pacajá.

De acordo com a Polícia, Paulo cometia os crimes sexuais durante rituais. "A dinâmica dessa seita envolvia estudos bíblicos, ao final, cada pessoa se consultava com ele individualmente", detalhou a delegada Mikaella Ferreira em 2022.

"Era nas consultas que ele realizava os ditos banhos de purificação, limpeza e cura, onde abusava de várias mulheres, inclusive praticando crime de violência sexual mediante fraude".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br